

# INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE ÀS COMUNIDADES  
ATINGIDAS PELO SISTEMA MINAS-RIO, DA ANGLO AMERICAN  
NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS (NACAB)



**São José do Arrudas recebe  
certificação quilombola** | *Páginas 8 e 9*

**Firmado Termo  
de Ajustamento  
de Conduta do  
Reassentamento  
Piraquara**  
*Página 4*

**Falta de imóveis  
prejudica  
negociações para  
reassentamento  
individual**  
*Página 6*

**Lembranças  
de Água Santa:  
Produção de  
farinha, momentos  
de fé e festas**  
*Página 10*

**Histórias, saberes  
e tradições do  
Beco contados  
por antigas  
moradoras**  
*Página 12*



## Editorial

# Mudanças e conquistas

Chegamos ao fim de 2025, ano de desafios, mudanças e importantes conquistas. O período foi de muito trabalho e atenção, para acompanhar o início da execução dos planos de reassentamentos aprovados ao final de 2024. Depois de assessorar as comunidades de Gondó (localizada na Face Oeste da Serra do Sapo, que vive de forma reincidente os impactos/danos da mineração) e as comunidades Passa Sete, Água Quente, São José do Jassém e parte do Beco (situadas na Zona de Autossalvamento da barragem de rejeitos) na construção coletiva dos planos, chegou a hora de acompanhá-las na efetivação de seus direitos!

Para isso, a ATI 39 Nacab estruturou nova equipe multidisciplinar voltada para acompanhar e orientar as famílias atingidas nas reuniões de negociação com a mineradora; nas oficinas para levantamento de informações ou apresentação de propostas; nas ações de monitoramento; e nas assembleias para decisões coletivas. A Equipe de Reassentamento da ATI também se dedica a analisar e contribuir na elaboração dos programas e medidas de compensações, conforme indicações dos moradores.

Podemos também destacar a ampliação do Programa de Convivência da Anglo American, que agora alcança as 13 comunidades atingidas e todas as ações e reuniões são reportadas ao órgão licenciador. Isso tem refletido em mais presença, diálogo e transparência da mineradora com as

pessoas atingidas em relação às suas ações e projetos nos territórios. Também tem resultado em mais escuta e retorno sobre demandas, necessidades e reivindicações das comunidades. O Nacab tem assessorado as pessoas atingidas na exposição de problemas e na compreensão das informações passadas pela mineradora.

Outra conquista é a certificação quilombola\* recebida por São José de Arrudas, em novembro, após processo de resgate identitário realizado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes) e a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo). Expressamos nossa admiração e respeito a esse reconhecimento e esperamos que possa gerar mais laços e vitórias aos moradores!

**Aproveitamos para reforçar nosso compromisso com a defesa dos direitos das comunidades atingidas e desejar muita saúde, união e boas festas! Feliz Natal e um ano novo cheio de realizações! Abraços.**



**\* Comunidades remanescentes de quilombos** são grupos formados por descendentes de pessoas negras que resistiram à escravidão e que preservam laços familiares, tradições culturais e religiosas, modos de vida e vínculo com o território. Para a comunidade ser reconhecida como quilombola, seus moradores devem se reconhecer como tal, não somente de forma individual, mas também coletiva, afirmando juntos sua história, identidade e pertencimento.

**Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção dos nossos canais de comunicação, sinta-se à vontade para compartilhar conosco. Juntos, podemos mais!**

## EXPEDIENTE INFORMATIVO ATI 39

EDIÇÃO 26 – 4º TRIMESTRE DE 2025

**Produção:** Equipe de Comunicação ATI 39 Nacab | **Edição:** Brígida Alvim | **Textos:** Patrícia Castanheira, Georgyanne Sena, Janaíne Ferraz e Silmara Filgueiras | **Diagramação:** Rodrigo Teixeira | **Revisão técnica:** Geovane Assis, Ana Paula Rocha, Karine Ferreira, Guilherme Bongiovani | **Revisão jurídica:** Jesús Menjivar | **Tiragem:** 600 exemplares

**Capa:** Márcio Paulo de Araújo, o Nem, da comunidade São José do Arrudas, Alvorada de Minas - MG (Foto: Janaíne Ferraz)



Acesse todas as edições do Informativo ATI 39 Nacab através do QR code

📧 @nacabmg  
📘 facebook.com/nacabmg  
📱 nacab  
🌐 www.nacab.org.br  
✉️ ati39.comunicacao@nacab.org.br

**Conceição do Mato Dentro (MG):**  
Rua Capitão Miguel Safe, 180, Centro  
CEP: 35.860-000  
  
Rua Dâmaso, 43, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) | CEP: 35.862-000

Rua José Paulino, s/nº, Matozinhos  
(ao lado da Casa dos Romeiros)  
  
Durão I, Gondó (zona rural)  
Casa Paroquial, distrito de Córregos

**Alvorada de Minas (MG):**  
Rua Antônio Moura Nunes, nº 127,  
centro de São José do Jassém

**Viçosa (MG):**  
Rua Santo Antônio, 30, João Braz | CEP: 36.576-208



# “Em outubro, a gente planta milho”



Fotos: Silmara Filgueiras

Murilo na preparação da terra para o plantio do milho

A chuva marca o tempo de plantar milho. Maria Neide Silva e Murilo Luís, moradores de São José da Ilha, aconselham: “Não adianta querer plantar milho na terra seca, fica muito pesado para bater enxada!” A família explica que o solo úmido facilita o preparo da terra e a germinação das sementes. A vinda da chuva garante o desenvolvimento inicial das plantas e reduz riscos de perda por falta d’água.

Para fortalecer a agricultura familiar e mitigar impactos negativos do Sistema Minas-Rio, o Programa de Reestruturação Produtiva (PRP) é um conjunto de iniciativas da Anglo American para potencializar as atividades produtivas das comunidades atingidas. Ele oferece assistência técnica, capacitação para plantio e manejo, fornecimento de fertilizantes, corretivos e sementes, além de mudas frutíferas para pomares e hortas domésticas.

A ATI 39 Nacab incentiva as pessoas atingidas a utilizarem o programa e presta auxílio em demandas. Em abril, o Nacab se reuniu com o presidente da Associação de Moradores de São José da Ilha (Asmilha), José Francisco da Silva (Chico), para tratar da falta de sementes e insumos agrícolas. Segundo ele, o programa atendeu os moradores por cinco anos e estava suspenso desde a pandemia. A ATI auxiliou a associação na coleta de informações das famílias e quantidade de sementes necessárias, para solicitar à Anglo American. “O apoio da ATI foi importante para alcançar mais produtores na comunidade, registrar a demanda e encaminhar de forma coletiva”, conta Chico.



## Insumos químico e natural

Fabiana Ferreira, articuladora social da ATI 39 Nacab, formada em engenharia agrônoma, explica sobre os insumos fornecidos pelo PRP: “O calcário corrige a acidez do solo, fornece cálcio e magnésio, e ajuda as plantas a aproveitarem melhor os nutrientes. O adubo químico NPK fornece os nutrientes utilizados em maior quantidade pela planta, nitrogênio, fósforo e potássio, que fortalecem o crescimento. O esterco, por ser natural, melhora a retenção de água e libera micronutrientes com mais lentidão. Com adubo, a planta não precisa puxar demais do solo, já fica prontamente disponível”.

**“Antes a gente recebia só um pouquinho de adubo e tinha que comprar mais. Agora veio um saco que dá pra plantar o que a gente consegue. Adubo é caro!”**



Maria Neide da Silva



**“A gente cobrou, este ano voltou e ajudou demais! Quem recebeu ficou feliz, porque a coisa tá difícil.”**

José Francisco da Silva



# Conquista e ponto de partida



Reunião de apresentação do TAC à comunidade do Piraquara

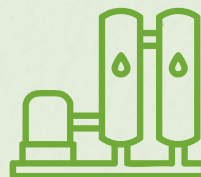
Após dois anos de negociações, foi celebrado acordo entre a comunidade do Reassentamento Piraquara, a Anglo American, a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O compromisso resulta de uma luta que começou em 2022, quando os moradores se uniram para relatar problemas e reivindicar melhorias das condições de vida no reassentamento, buscando apoio do Nacab e do MP.

Em 2023, a promotoria local reuniu as denúncias e abriu o inquérito civil público nº 0175.22.000186-1. Com assessoria técnica do Nacab, a comunidade participou de diversas reuniões de conciliação, mediadas pelo promotor Caio Dezontini, para cobrar soluções de pendências à Anglo American.

A mineradora e a Prefeitura foram convocadas para tratarem de responsabilidades relativas ao Piraquara, como: manutenção e monitoramento do sistema de abastecimento de água; criação de um espaço de convivência; calçamento das ruas de acesso; regularização fundiária das propriedades e pagamento de indenizações compensatórias.

## O que ficou definido?

Agora a comunidade entra em um novo ciclo e deve ficar de olho, acompanhando as ações da mineradora e da Prefeitura. Confira os principais pontos do TAC Piraquara:



**Sistema de Abastecimento de Água (SAA Piraquara):** Garantia de água tratada e gratuita às famílias reassentadas

### Responsabilidades:

- **Anos 1 e 2:** gestão da Anglo American;
- **Ano 3:** transição para a Prefeitura, ainda com custeio da empresa;
- **Ano 4:** operação municipal.

A água continuará gratuita enquanto o Piraquara for área rural. A Prefeitura indicou a instalação de hidrômetros em todas as propriedades para monitoramento. Segundo o município, não haverá nenhum tipo de cobrança pelo consumo.



### Construção de um espaço coletivo

Por solicitação dos moradores, será feito um espaço de convivência e lazer com quadra coberta, parque, pista e sede da associação comunitária. A mineradora informou que o local a ser construído ainda está em processo de negociação.



### Calçamento das principais ruas

Drenagem e calçamento das principais vias e entradas das propriedades.





### Indenização e gestão coletiva

O TAC prevê o pagamento de R\$ 1,5 milhão em indenizações coletivas e individuais. A mineradora informou que será aberta uma conta para depósito dos valores:

R\$ 1 milhão para projetos coletivos

R\$ 500 mil para repasses às famílias

Para acessar a indenização destinada aos projetos coletivos, os moradores deverão escrever projetos destinados à comunidade.



### Regularização dos imóveis

A mineradora dará o título definitivo de propriedade dos imóveis às famílias reassentadas, com o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis.

As propriedades também receberão o Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

## TAC x Processo judicial Qual é mais rápido?

**Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)** serve para corrigir situações que causaram prejuízo à sociedade ou ao meio ambiente. Um acordo desse pode exigir indenizações, melhorias em comunidades atingidas e até o reflorestamento de áreas degradadas, se for o caso. Se o acordo não for cumprido, o caso volta para a Justiça. Enquanto um **processo judicial** pode levar anos ou até décadas, o TAC busca soluções imediatas, com prazos e metas definidos. É uma forma de transformar o “prometido” em “feito” em menos tempo.



2024

Debates sobre o TAC, para firmar os compromissos

2025

Assinatura do acordo e criação da Ascomp

## Associação Comunitária

No dia 17/09, foi realizada reunião de criação da Associação Comunitária de Moradores do Piraquara (Ascomp), momento que, para além do TAC, marcou outro passo histórico na comunidade. A Ascomp nasceu com característica rural, representando famílias que vivem e trabalham no campo. Uma associação com esse perfil tem como função acolher as demandas dos moradores, tratar de questões socioeconômicas e apoiar a elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento da comunidade, como, por exemplo, a destinação de valores de indenizações previstas no TAC.

Com a associação formalizada, a comunidade tem voz ativa e representação legal, podendo participar oficialmente de oportunidades que exigem uma estrutura formal. O processo de constituição foi assessorado pelo Nacab, que esteve presente em todo o diálogo com as famílias, buscando fortalecer a organização comunitária, a compreensão dos direitos e a participação popular. Assim, a associação e o TAC caminham juntos: um dá forma à organização coletiva e o outro garante que os compromissos sejam cumpridos.



*“O TAC é fruto da coragem de vocês. É a reparação de um direito e o despertar de uma consciência coletiva”*

Caio Dezontini,  
promotor de justiça



*“Fico feliz em participar e agradeço por não terem desistido. A gente será espelho para outras comunidades”.*

Ludmila Neves,  
presidente da Ascomp



5



# Falta de imóveis regularizados e preços altos dificultam negociações

Famílias que serão reassentadas na modalidade individual estão com dificuldade de encontrar imóveis dentro dos critérios exigidos e valores pagos pela mineradora, principalmente em Conceição do Mato Dentro. Nas negociações do Plano de Reassentamento, as comunidades reivindicaram um reassentamento urbano nesse município, que vem sofrendo forte especulação imobiliária, com preços acima do mercado. Porém, a mineradora ofereceu reassentamento coletivo rural e urbano em Alvorada de Minas e apenas rural em Conceição.

Em resposta aos obstáculos, a Anglo American ficou de firmar parcerias com os dois municípios para regularizar imóveis. Também se comprometeu em disponibilizar um “Banco de Imóveis” às famílias que optarem pelo reassentamento individual.

Em reunião com as comunidades da Zona de Autossalvamento (ZAS), no dia 16/09, a mineradora apresentou um fluxo de etapas e prazos para aquisição de imóveis de terceiros, de até 40 dias. Nessa reunião e em atendimentos da ATI, pessoas atingidas relataram que a mineradora tem extrapolado os prazos e demorado a dar retorno sobre a viabilidade da compra. Segundo elas, isso tem dificultado ou até impossibilitado as negociações com proprietários.

Vista da comunidade São José do Jassém



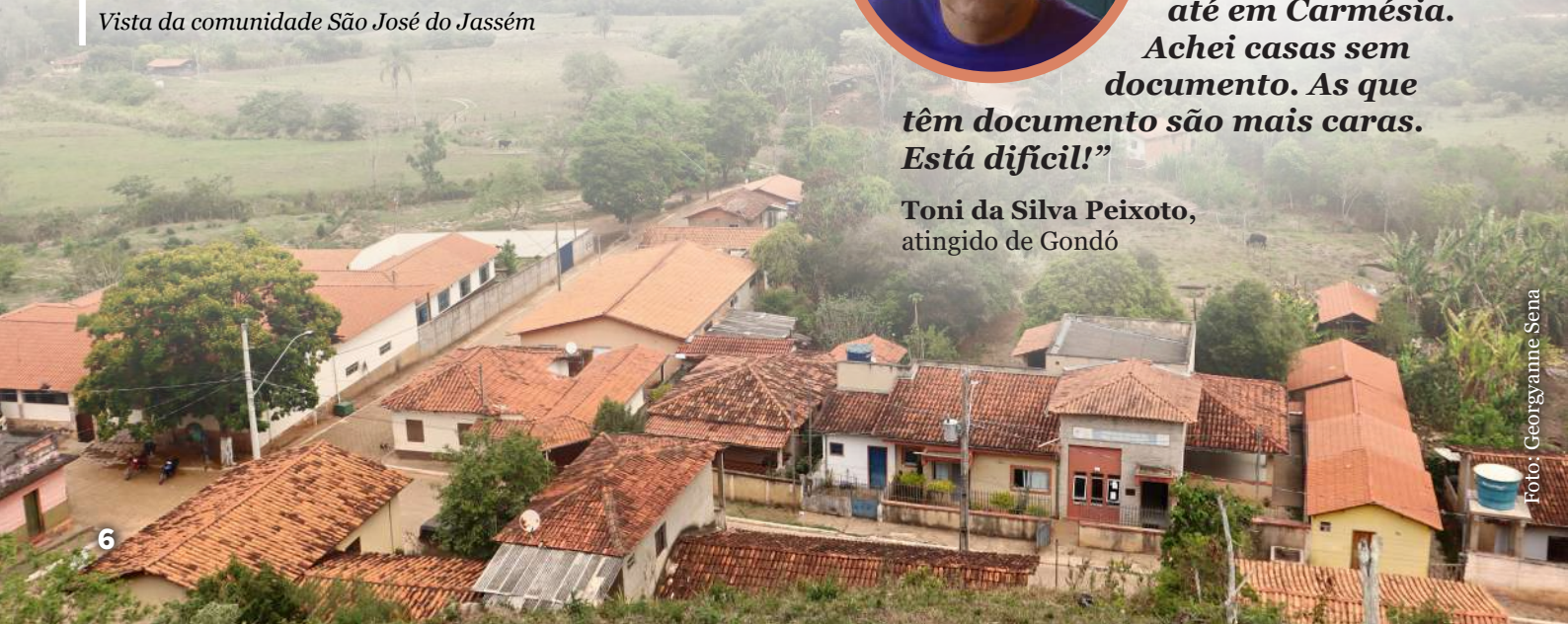
**“Já consegui cinco casas e os documentos não passam. Mando mensagem para as meninas da empresa e elas demoram quatro, cinco dias para responder. Falaram que iriam aceitar contrato de compra e venda, mas todas que arrumei nenhuma serviu. Demoram demais para dar a resposta se os documentos servem ou não. Engraçado que eles não procuraram nenhum dos proprietários ou corretores dos imóveis que eu indiquei e falam que os documentos não passaram. Estamos sem saber o que fazer! Em Conceição do Mato Dentro não dá para comprar casa porque é muito acima do valor que eles vão pagar. Está muito difícil!”**

**Valdirene Ferreira da Lomba,**  
de São José do Jassém



**“Tem quatro meses que estou procurando uma casa. Já olhei em Conceição, em Dom Joaquim e até em Carmésia. Achei casas sem documento. As que têm documento são mais caras. Está difícil!”**

**Toni da Silva Peixoto,**  
atingido de Gondó







***“A gente está com dificuldade de achar imóveis com valores que a Anglo ofertou e com a documentação completa. A maioria de imóveis dessa região tem***

***apenas contrato de compra e venda. Estamos com um imóvel para Anglo avaliar o documento há mais de 80 dias. A moradora me deu o contrato de compra e venda e ainda conseguiu a matrícula. Custamos a achar no preço e estamos correndo risco de perder o imóvel”.***

**Adonália Neves Rodrigues,**  
de São José do Jassém

### **Alternativas sugeridas**

A pedido da comunidade de São José do Jassém, em setembro a ATI encaminhou nota técnica sobre as dificuldades encontradas no reassentamento individual ao Comitê de Monitoramento do Reassentamento (representantes da Anglo American, dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas e das comunidades Água Quente, Passa Sete, São José do Jassém e Beco). O parecer cobra da mineradora soluções para garantir opções de imóveis em Conceição do Mato Dentro.

As comunidades sugerem como alternativas: que as pessoas atingidas possam adquirir imóveis da própria Anglo American no bairro Jardim Bougainville, com valores condizentes ao Plano de Reassentamento, considerando que a mineradora já ofereceu imóveis dessa área para outros programas de reassentamento; ou que a mineradora reavalie a viabilidade de construção de um reassentamento urbano em Conceição do Mato Dentro.



Reunião com a Anglo American e comunidades da ZAS

### **Respostas da mineradora**

No dia 7/11, a ATI recebeu ofício de resposta da Anglo American. Em resumo, ela responde sobre os pontos abaixo:

**Reassentamento urbano em CMD:** “Essa possibilidade foi objeto de avaliação durante a fase de elaboração do PR, mas foi excluída do escopo do Acordo. A reabertura dessa discussão implicaria em renegociação, o que se entende não ser viável neste momento”.

**Regularização de imóveis:** “A Anglo American e os municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas estão em tratativas para a celebração de convênios e outros instrumentos de cooperação institucional com vistas a fomentar a regularização fundiária de imóveis na região”.

**Prazos de retorno:** “A Anglo American tem se empenhado para realizar as avaliações no menor prazo possível, observando os critérios técnicos e legais estabelecidos no Acordo, de forma a garantir segurança para as famílias e a celeridade no processo”.

**Valores oferecidos:** “As dificuldades no mercado imobiliário local foram previstas e discutidas à época da negociação e os valores acordados buscaram refletir essas condições”.

**Jardim Bougainville:** “Informamos que os imóveis localizados nesse bairro foram destinados a finalidades específicas não sendo possível a utilização como alternativa ao reassentamento individual do Plano de Reassentamento”.



**Você sabia?** Sempre que solicitada, a ATI Nacab orienta e acompanha famílias atingidas durante todo o processo de negociação para reassentamento com a Anglo American. Se você tem dúvidas, entre em contato com a nossa equipe e agende seu atendimento!



# “A comunidade São José do Arrudas é quilombola!”



Assembleia de autodefinição quilombola em São José do Arrudas

Essa foi a resposta que traçou mudança significativa na história de São José do Arrudas. Em novembro, a comunidade foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (Portaria FCP nº 366/2025, publicada no Diário Oficial da União). O reconhecimento ocorreu após assembleias de autodefinição realizadas nos dias 18 e 24/10/25, em que os moradores afirmaram juntos a identidade quilombola, conforme prevê o decreto federal nº 4887/2003.

A conquista contou com apoio do projeto Quilombo Vivo II, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), e da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo), que fizeram resgate identitário com os moradores, por meio de debates, estudos e encontros formativos. A pesquisa realizada pelo Instituto Arbo em 2024, a pedido do Ministério Público de Minas Gerais, apontou indícios de ancestralidade quilombola em São José do Arrudas e recomendou investigação mais profunda para comprovar a ocupação coletiva fundada por descendentes de pessoas escravizadas. O relatório embasou tanto a atuação do Cedefes na comunidade, quanto o autorreconhecimento dos moradores.

## Território de ancestralidade

Cercada por serras, córregos, cachoeiras, sítios arqueológicos e fazendas centenárias, São José do Arrudas guarda memórias e modos de vida tradicionais. Márcio Paulo de Araújo (Nem), morador da localidade Pau de Cangalha/Fazenda da Fábrica, é casado com Simonete Rodrigues de Oliveira, descendente dos primeiros habitantes do lugar. Ele conta que o nome “Fazenda da Fábrica” vem de um tempo em que ali funcionava uma antiga fábrica de ferros, onde se produziam ferramentas e panelas. Mas o local, como descreve, tem passado de muito sofrimento, marcado pela exploração e pelo trabalho sem remuneração justa.



Márcio Paulo de Araújo (Nem) e sua égua Dançarina

“Minha sogra tem 76 anos, nasceu e se criou aqui. Os bisavós dela já moravam nesse lugar. Sempre viveram de trabalho nas fazendas, na pedreira lá em cima da serra. Era tudo trabalho braçal: roçar, capinar, carregar peso. O que mais acontecia era o povo trabalhar quase em forma de escravidão. Trabalhava o dia inteiro e não recebia direito. Às vezes, o pagamento era um pedaço de queijo ou uma rapadura, pra valer um dia de serviço,” conta Márcio.

Jacira Peixoto Santos, filha de Dona Augustinha (moradora centenária falecida em 2024), relembra que a comunidade, antes conhecida





**Jacira Peixoto Santos**, no jardim da sua casa

como “Córrego do Sossego”, já existia muito antes de parte das terras serem adquiridas pelo casal de fazendeiros Pedro e Suzana Generoso. O núcleo central pertencia a Zé Bento, que depois vendeu as propriedades e se mudou para o Serro. Naquele tempo os moradores faziam serenatas, nadavam, pescavam, andavam a cavalo, produziam farinha e doces, plantavam roça e trocavam dias de trabalho com os vizinhos.

Além das celebrações religiosas, havia forró e a fogueira de São João, onde se preparavam comidas típicas, pipoca, canjica, amendoim torrado, quentão, paçocas de amendoim e torresmo. Eram também momentos de fazer “simpatias”, como pisar na brasa da fogueira e bater vara nos pés de fruta e milho à meia-noite, para garantir fartura na colheita do próximo ano.

Jacira recorda uma simpatia: “Minha mãe fazia a fogueira, pegava um copo d’água, colocava uma gotinha da clara do ovo dentro e deixava na frente da fogueira. Aí, quando a clara subia e formava alguma figura, era sinal de que o noivo estava vindo, que a pessoa ia casar-se. Se não subisse nada e ficasse só aquela nevinha, é porque não ia se casar.”

Confira, no Informativo nº 18  
(maio/2023), **entrevista com**  
**Dona Augustinha e Jacira >**



Jacira e Márcio contam também que antigamente os partos eram feitos pelas parteiras, dotadas de sabedoria e cuidado. Jacinta Ferreira Costa (tia de Jacira), Dejanira (Bitá) e Conceição Rodrigues de Oliveira (avó

de Simonete) foram referências na arte de “trazer gente ao mundo”. Para cada parto, havia banhos específicos e rituais de preparo, que uniam conhecimento das plantas, oração e experiência de vida, para acolhimento às mães e proteção aos recém-nascidos.

Alguns ensinamentos e costumes continuam sendo transmitidos. Entre eles, o uso de ervas medicinais, como poejo, cana-de-macaco, erva-cidreira, arruda, limão e jaquiri, para tratar doenças do corpo e da alma, por meio de chás e banhos. As cavalgadas também são uma tradição mantida. “Aqui a vida toda foi lugar de cavaleiro. Agora acabou esse espaço, depois que veio esse asfalto aí, que ficou só pra veículo, né?”, comenta Márcio, se referindo à rodovia MG-010, que corta a comunidade e foi asfaltada a partir de 2012, através de convênios firmados com a mineradora Anglo American.



## Mudanças e desafios

Há quase 20 anos, a comunidade vivencia impactos/danos das operações minerárias, como excesso de poeira, mal cheiro da barragem de rejeitos e riscos gerados pelo trânsito de caminhões, ônibus e máquinas pesadas. Atualmente, São José do Arrudas ainda lida com a ameaça de integrar a hipotética mancha de inundação da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, caso o licenciamento ambiental para o 2º alteamento da estrutura seja retomado e aprovado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam). O processo de licenciamento foi suspenso em agosto, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG), com base na Lei Estadual nº 23.291/2019 “Mar de Lama Nunca Mais”, que proíbe construção ou alteamento de barragens que tenham moradores na sua Zona de Autossalvamento (ZAS).

A comunidade segue resistindo e reivindicando direitos, sobretudo o de participar da construção de um plano de reassentamento próprio que contemple suas especificidades, caso tenha de ser realocada. *Para saber mais, assista ao vídeo: Quem é a comunidade quilombola São José do Arrudas? >*





# Lembranças de Água Santa

## Modo de vida rural

**D**e lembranças em lembranças, as histórias de Água Santa vão sendo registradas. A comunidade foi extinta e ocupada pela mineração, mas as memórias de quem lá morou permanecem vivas e bem cuidadas. É o caso de **José Rosa Teixeira e Maria Rodrigues da Silva Teixeira**, que precisaram deixar a comunidade em outubro de 2011, mas levaram com eles os bons momentos vividos.

Maria conta como a tradicional Festa de Nossa Senhora Aparecida começou em Água Santa, visto que ela e seu marido José Rosa eram os festeiros: “Todos os anos, a professora Carmosina fazia a procissão e reza do terço na comunidade. Numa época, ela convidou o padre Geraldo, de Alvorada de Minas, para celebrar as missas na escola. Como era tradição na minha família rezar o terço todos os dias antes da janta e eu sabia rezar os mistérios, o padre me convidou para ajudar durante as missas. Um dia, andando pela comunidade, ele gostou de uma área, muito bonita, e disse que lá poderia ser construída a igreja. Então ele mandou roçar o local, onde as festas de Nossa Senhora Aparecida passaram a ser realizadas. Aí, a festa começou a ficar

grande... De boca em boca, das amizades da comunidade, com apoio da Prefeitura e do Posto de Saúde, passamos a receber pessoas de vários locais. E assim eram todos os anos”.

Água Santa era alegre e referência para as localidades vizinhas, que a frequentavam não só nas festas religiosas, mas em busca de lazer, vendas e trocas de mercadorias. Na comunidade existia uma única venda, a do Anésio, pai da Carmosina, onde os moradores compravam o que não produziam, vendiam e trocavam o que não consumiam da colheita. Para o lazer, além das animadas noites de forró, Edgar, irmão de Carmosina, promovia rodeios.

José Rosa e Maria contam que o modo de produção artesanal da farinha de mandioca era uma das principais atividades das famílias de Água Santa e da região, passada por várias gerações e mantida ainda hoje. “Meus pais moravam em Passa Sete e já fabricavam farinha. Eu e minhas irmãs acordávamos às 4 horas para ralar mandioca no ralo e adiantar nosso serviço. Não ralávamos com a roda porque ela fazia muito barulho e acordava meus pais.

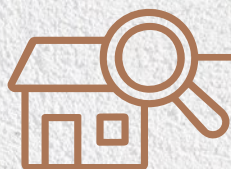
*Maria e José Rosa com a prensa de mandioca, na Fazenda Tambu*





Eu chamava a roda de perereu (risos) porque ela fazia assim: perereu...perereu...perereu... (risos)", relatou Maria.

"Minha família era do Beco. Meu pai comprou um terreno em Água Santa e fez uma casa com telhado de sapé lá. Eu tinha uns quatro anos e ia com ele na garupa do cavalo, do Beco até Água Santa. Meu pai trabalhava em propriedades próximas e fazia balaio de carga, prensa, ninho de galinha e de canoa para vender. Mais tarde, eu construí uma casa para ele e outra para mim, de telha, e com o dinheiro da venda de burros e de coisas que eu produzia na roça comprei uma terra ao lado da minha casa", lembra Zé Rosa.



### Pressão para o reassentamento

Em 2007, quando a Anglo American adquiriu o projeto Minas-Rio, os moradores de Água Santa passaram a sofrer impactos com a movimentação de terra, poeira e início das obras do complexo minerário. "Com as detonações, as janelas tremiam e a casa começou a trincar. As estradas ficaram com trânsito pesado. Algumas vezes, não tinha como a gente passar", lembrou José Rosa.

"Eles colocaram uns aparelhos atrás da janela da minha cozinha e todos os dias chegavam dois rapazes para acionar a detonação. Um carro tirava a gente de casa, de manhã e à tarde. Muitas vezes, eu estava com os biscoitos no forno e tinha que deixar queimar ou tirar murcho. Por fim, eu não aguentava mais! Um dia chegou um pessoal da Supram e perguntou para os rapazes se a mineradora já tinha conseguido um lugar para nós. Eles disseram que já e que iam levar a gente lá para conhecer. Era esse lugar aqui, pura braquiara! Na época, eu queria ficar longe da mineração e não conseguimos outro lugar. Hoje continuamos atingidos com muita poeira e barulho de máquinas nas madrugadas", reclamou Maria, que foi reassentada na Fazenda Tambu.



Acervo da família Teixeira

Local onde o casal produzia a farinha de mandioca em Água Santa



< Acervo da Carmosina de Souza

Venda do Anísio em Água Santa



Rodeio do Edgar



# Culturas e tradições do Beco



*Dona Zulica (ao centro); à esquerda: os netos Sávio e Fabia; à direita: os netos Arquimedes e Taís e o filho José Miguel; abaixo: o filho Nelson*

Zulica Rosa da Silva, de 91 anos, é moradora da comunidade do Beco há sete décadas. Ela lembra de quando se mudou do Sapo para lá: “Tudo era mato, era tudo diferente. Já tinha essas casas por aqui abaixo, mas poucas. Acho que é Beco porque é uma ilha, junta, estreita, né?! E formou casas de um lado e do outro, por isso o nome Beco”.

Neste lugar ela e o esposo construíram casa e criaram 11 filhos, com o sustento do trabalho na roça. “Foi uma dificuldade pra arrumar esse quintal aqui. Antes tínhamos a casa de capim, a gente chamava de rancho, depois que construímos essa. Aqui a gente não comprava arroz, feijão, milho e nem mandioca. A gente sempre fez muita farinha aqui, era muita fartura, vivíamos da roça”, conta.

*Casa da Dona Zulica, com sua filha Luciana Neide na varanda*

## Saberes ancestrais

Antigamente, principalmente na zona rural, o acesso a serviços médicos era limitado e a população recorria a quem tinha conhecimentos ancestrais de cuidados com a saúde. Os saberes e as práticas culturais das parteiras, por exemplo, foram transmitidos de geração a geração. Zulica aprendeu com sua mãe a cortar cordão umbilical e auxiliou mulheres da comunidade, antes, durante e após o parto.

“O primeiro umbigo que tive que cortar foi do meu menino, Zé, porque ninguém teve coragem. Foi fácil, não fiquei com medo e depois peguei a cortar dos outros. Eu acompanhei alguns partos, na hora de nascer ou depois, que eu apenas cortava o umbiguinho. Tem que saber direitinho, é uma coisa muito melindrosa. Tem que medir, amarrar bem, cortar com muita atenção, pois se amarrar mal amarrado o umbiguinho o sangue vai tudo embora e mata a criança”, explica.

Após o parto, Zulica ia diariamente dar banhos com água morna nas crianças que ajudava a nascer, até curar o umbigo. “Eu tinha que cuidar até uns cinco dias, depois eu entregava pra dona (risos). Também tinham os cuidados pós-partos para as mães, como banhos de ervas com folha de algodão, folha de maracujá e um pouquinho de álcool. Eu fazia a famosa sopa de galinha para fortalecer. Eu matava uma galinha gorda mesmo!”, conta.

Outra tradição mantida por Zulica é a benzeção, que ela aprendeu com uma senhora do Sapo. “Eu benzia os meninos de vento virado, mal olhado, carne quebrada, cobreiro. Além de benzer com água e brasa, eu fazia uma oração para quando bicho morde. Se é cobra, por exemplo, a gente fala o nome da pessoa e pergunta: Bicho mal que te mordeu? Mordeu não, quem mordeu foi São Clemente, que é filho de Jesus, vos tirais esse veneno e põe no pé da cruz (fazendo uma cruz com o dedo),” descreve.



## Festividades

A comunidade do Beco se esforça para preservar antigas festividades e celebrações, mesmo sendo atingida pelas operações minerárias e a consequente saída de muitas famílias. Uma das mais tradicionais é a Festa do Cruzeiro, que reúne os atuais moradores, aqueles que precisaram deixar a comunidade, amigos e vizinhos.

De acordo com o Inventário Participativo de Celebrações feito pela ATI 39 Nacab junto às comunidades atingidas da região, essa festa existe há mais de cem anos. No alto de um morro foi construída uma cruz e passou a ser local sagrado para a comunidade. Em todos os anos, o cruzeiro é enfeitado com flores e mensagens de devoção.

“Meu tio, Antônio Rodrigues da Silva, que era muito religioso, combinou com seus irmãos e outras pessoas e fizeram a cruz. Eles colocaram aqui por ser um lugar alto e bonito. Eu tinha uns 5 anos e no dia em que colocaram eu estava aqui com minha mãe”, conta Otonília Rodrigues da Silva (Dona Tunica), de 89 anos.

“Olha, eu participo desde menina, já fui até festeira. Antigamente tinham os juízes que iam de vela acesa na frente da procissão e a menina que carregava a bandeira. Atrás vinham os festeiros. Aí depois da reza a gente ia pro forró, com sanfona e violão. Agora hoje tudo mudou, né, mas ainda mantém a tradição,” lembra Maria da Conceição Oliveira, de 75 anos.

Neste ano, a Festa do Cruzeiro foi realizada nos dias 20 e 21/09, pelos integrantes da Comitativa 100 Fronteira, com apoio de toda a comunidade. As celebrações contaram com novena, procissão, levantamento de bandeira e shows. Tudo com muita alegria e fé!

*Ornamentação da famosa cruz da festa do Cruzeiro*

## Lenda da luz

Há uma famosa lenda no Beco de uma luz que aparece nos pontos mais altos da comunidade, principalmente na época da Festa do Cruzeiro. “Os antigos diziam que no alto da Cruz aparecia uma luz, que vinha do mato, se movimentava e que era Jesus. Todos cantavam assim: ‘Uma excelência da Senhora da luz, que nos dê luz. A luz que nos ilumina é nosso Bom Jesus’”, conta Dona Tunica.

“Eu acho que é gente que morreu, é uma luz que fica crescendo... Ela fica vagando por aí a fora, ela vem pertinho da gente, viu?”, conta Dona Zulica.

“Você sabe ali onde que era a Água Quente? Ela apareceu ali, como uma vela, do nada ela sobe e explode. Aí se você fica no lugar tentando descobrir o que é, quando você assusta já está perto de você. Eu estava com minha sobrinha quando avistamos uma luz, aí falamos: O que é aquilo? Na mesma hora a luz já estava perto de nós. Aí saímos correndo para pirambeira à fora,” lembra e sorri, Nilza Rodrigues, filha de Dona Zulica.

**Assim como a misteriosa luz, outras crenças, culturas e tradições permanecem vivas nas memórias coletivas, na fé e modos de vida preservados na comunidade do Beco.**



# Galeria Cultural



Por *Marco Antonio Souza Borges Netto*,  
analista multidisciplinar da ATI 39 Nacab



Registro fotográfico: *Georgyanne Sena*  
e *Patrícia Castanheira*

## **Quando o nome guarda a história de um povo**

Em Conceição do Mato Dentro, o “Beco” não é apenas um ponto no mapa. Ele é símbolo de pertencimento, memória e resistência. Para os moradores, essa palavra simples carrega significados profundos sobre o modo de viver e de se relacionar com o território, especialmente diante das transformações trazidas pela mineração na região.

Segundo o dicionário, beco vem do latim *becchu* e quer dizer caminho estreito, às vezes sem saída. Mas, para quem vive no interior, o beco é mais do que isso: é lugar de encontro, de conversa, de vizinhança. É no beco que se fortalecem os laços, que as histórias do dia a dia se cruzam e onde o sentimento de comunidade ganha forma.

Pesquisas sobre o “Beco” de Conceição do Mato Dentro mostram que o nome se tornou um símbolo de resistência. Mesmo com as mudanças no território e os deslocamentos provocados pela mineração, o nome continua sendo uma maneira de manter viva a memória coletiva. Dar nome aos lugares é também uma forma de afirmar quem se é e de onde se veio.

Especialistas que estudam o tema destacam que preservar nomes como “Beco”, “Vila” ou “Comunidade” ajuda a manter o vínculo com o território original. Quando o espaço físico muda, o nome se torna um abrigo simbólico, uma forma de continuar pertencendo. É

como se, ao dizer “sou do Beco”, cada morador reafirmasse uma identidade e uma história que não se deixam apagar.

O “Beco”, portanto, representa mais do que um endereço. Ele expressa a força de uma coletividade que enfrenta transformações profundas, mas não perde seu sentido de lugar. Em Conceição do Mato Dentro, o nome “Beco” segue lembrando que a terra não é só chão — é memória, sentimento e vida compartilhada.









# "Charutos" da Dona Cecília

Ei, quer aprender a fazer um delicioso biscoito frito da roça?

Siga essa receita!

## Ingredientes

- 2 xícaras de **água fria**
- 2 xícaras de **leite**
- 4 xícaras de **farinha de mandioca**
- 2 **ovos**
- $\frac{1}{4}$  de **queijo ou rala**
- **Sal** com **alho** a gosto
- **Cebolinha** verde a gosto
- **Pimenta** a gosto
- **Óleo** para fritar

## Modo de fazer

- 1) Em uma bacia misture a água, o sal com alho e a pimenta.
- 2) Acrescente o leite, o queijo ralado, a cebolinha de folha e a farinha de mandioca aos poucos.
- 3) Bata os ovos separadamente e acrescente à massa.
- 4) Com as mãos, amasse todos os ingredientes até se formar uma massa homogênea. Caso a massa fique dura, acrescente pingos de leite ou água.
- 5) Enrole a massa em pequenos biscoitos na mão, como croquetes.
- 6) Frite em óleo quente até dourar.



*Cecília da Silva tem 85 anos e é moradora de Córrego do Saraiva, localidade de São José do Jassém (Alvorada de Minas). Ela prepara essa receita desde criança, quando aprendeu na fazenda onde trabalhava, e tem satisfação em mostrar como se faz o 'charuto'.*

*"Não tem segredo e medida certa, basta apenas misturar todos os ingredientes. Esse charuto faz um sucesso aqui em casa, faço pra todo mundo!", ensina.*

Assessoria  
Técnica  
Independente  
**ATI 39**

**NACAB**  
NÚCLEO DE ASSESSORIA  
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS  
POR BARRAGENS